ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DO FUNDEB

Ata da reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Aos três dias do mês de maio de dois mil e vinte e três reuniram-se os membros do Conselho do FUNDEB. A vereadora Silvia Forato de Camargo e o Diretor Financeiro da Educação, Vinícius Pagani de Mello, também participaram da reunião junto aos demais conselheiros. A Reunião foi iniciada pela Profa Alessandra informando que os membros com duas faltas consecutivas serão questionados acerca da disponibilidade para estarem presentes às reuniões. Não havendo disponibilidade, os mesmos precisarão ser substituídos. Em seguida houve a apresentação de um documento com informações gerais acerca da atuação do Cacs Fundeb. Solicitou-se a leitura, do documento, pelos conselheiros e o registro de dúvidas para eventuais esclarecimentos no próximo encontro. O arquivo do documento será disponibilizado aos demais conselheiros que bão estiveram presentes, na data de hoje. Em seguida, a Secretaria Beatriz do Cacs Fundeb, informou que procurou abranger no Ofício 04/2023, destinado à Secretaria de Educação, todas as questões levantadas pelos conselheiros na reunião de 29/03 e que caso, alguma questão não constasse no documento, ou ainda, não tivesse sido abordada da forma correta, que os conselheiros poderão realizar um novo oficio, para os esclarecimentos das dúvidas. Logo após, ocorreu a leitura e discussão do Memo 076/2023 - DIRFI Educação, de 24 de abril de 2023 acerca das respostas ao Ofício 04/2023 do Cacs Fundeb. Os conselheiros optaram por ler todo o documento na íntegra, pergunta e resposta. A Profa Alessandra leu as questões e o Diretor Financeiro Vinícius leu e explicou as respostas. A primeira questão solicitava uma explicação em relação ao uso da verba do Fundeb, referente aos dados apresentados, que apontavam apenas 89% do uso da verba com os profissionais do magistério e não 100%, como já declarado anteriormente. O Diretor Financeiro Vincíus informou que faltavam dados na planilha apresentada anteriormente e apresentou os dados atualizados, sendo utilizado 54,80% do Fundeb com PEB, 21,40% com PAEB, 10,91% com PADI, 5,03% com Diretor de escola, 3,71% com Coordenador Pedagógico, 1,97% com PEB II, 1,31% com Supervisor Pedagógico e 0,87% com Vice-diretor, totalizando assim os 100%. Em relação a questão do uso das verbas do Fundeb com os profissionais do magistéio, a Profa Alessandra informou que os profissionais do magistério que estão readaptados não recebem pelo Fundeb, mas prefeitura, visto não estarem atuando diretamente na Educação Básica. O sim pelo tesouro da Profo Alexandre comentou que observando a Planilha do Demonstrrativo de Aplicação no FUNDEB, o valor de R\$ 898.066,12, referente ao Fundeb não aplicado, está incluído ao valor de R\$ 12.268.521,89, referente as retenções ao Fundeb. No entendimento do mesmo, tais valores não poderiam estar acrescidos, pois fazem parte do Fundeb não aplicado. O Diretor Financeiro Vinícius explicou brevemente como funciona a distribuição e retenção do Fundeb, que assim que o município recebe o total do Fundeb, o mesmo já é deduzido e retorna ao estado, ficando o valor líquido. Relatou ainda que municípios que geram muitos impostos, recebem um menor valor, pois auxiliam outros municípios. O Profo Alexandre disse ainda não comprender a questão, pois disse que a "sobra" deveria ser aplicada até abril desse ano, porém o mesmo foi informado que aplicação é realizada até o mês de dezembro. O Profo Alexandre disse ainda que acredita que o valor foi devolvido ao Fundeb, pois consta, na planilha de Demonstrativo da Aplicação, em retenção, e assim sendo, se está na "conta" da prefeitura, não deveria aparecer em retenção. A Profa Alessandra disse que precisamos compreender bem as planilhas, pois não somos formados ná área contábil para compreender todos os dados. O Diretor Financeiro Vinícius disse que o valor será aplicado até o final do ano, pois o recurso não é devolvido. A Vereadora Sílvia disse que toda essa discussão

envolve muitas questões, principalmente políticas, pois o que os professores querem saber é o porquê a Prefeitura não paga o piso, já que utiliza o Fundeb apenas para questões salariais e que a justificativa é sempre a questão econômica. O Diretor Financeiro Vinícius explicou as planilhas "Demonstrativo de Aplicação de Ensino" e de "Aplicação do Fundeb". Relatou que 25% das arrecadações dos impostos devem ser aplicados na educação. A planilha mostra o total de impostos recebidos da união, do estado e município. Vinte por cento deve ser enviado ao Fundeb e na distribuição, o mesmo retorna em menor valor, visto a distribuição ser por número de alunos. O Profo Alexandre, após as explicações, disse ainda não compreender o motivo do valor não aplicado estar em incluído nas retenções nas planilhas apresentadas pela prefeitura. O Diretor Financeiro Vinícius explicou, assim cada item apresentado na tabela e a Profa Alessandra disse também que acredita ser uma "confusão de vocabulário", pois retido não se refere apenas ao que foi enviado para o Fundeb, mas também ao valor que não retornou, portanto não usado. A Profa Sílvia perguntou quando o tesouro municipal é utilizado para o pagamento salarial dos profissionais do magistério. O Diretor Vinícius informou que o que fica "em caixa" entra em aplicação, normalmente, é utilizado final do ano, no pagamento das férias, do décimo terceiro, dentre outras obrigações patronais. A Diretora Jocélia lembrou também que as verbas são utilizadas no meio do ano, com o pagamento das férias. O Diretor ainda informou que no ano passado, o valor disponível não foi suficiente e no final do ano, a prefeitura teve que usar o tesouro para complementar as verbas do Fundeb, para pagamento salarial e benefícios. O Profo Alexandre reforçou ainda não concordar, pois o não aplicado está na retenção, considera que a planilha está errada, pois o que está na conta não poderia estar na retenção do Fundeb. Questionou também o motivo da conta do Fundeb aparecer "zerada", no extrato bancário. A diretora Jocélia informou que o mesmo acontece com a conta da APM e outras verbas, que o valor não aparece no extrato bancário, pois o valor fica em "aplicação". O Diretor Vínicius orientou assim que o Cacs Fundeb solicite também, à Secretaria da Fazenda, o extrato da Aplicação do Fundeb, não apenas o da conta corrente. O Profo Alexandre também disse que seria necessário o extrato do Banco Itaú, visto ser o Banco vinculado a prefeitura para pagamento salarial. O extrato é necessário para comprovação e comparação dos dados de recebimento e retirada do valor do Fundeb. Os extratos serão solicitados pelo Cacs Fundeb à Secretaria da Fazenda. Os conselheiros ainda realizaram outras questões em relação as planilhas e as regras para os usos do recurso, que foram esclarecidas pelo Diretor Vinícius. Dando continuidade a leitura e explicação das questões levantadas, discutiram-se as divergências de diversos demonstrativos em relação a questão salarial dos profissionais do magistério, como por exemplo os dados da planilha do SIOPE e dos demonstrativos financeiros. O Profo Alexandre ainda relatou que nos registros do SIOPE de 2022, aparecem funcionários que não são profissionais do magistério. Disse ainda, que os valores do SIOPE e as planilhas do Fundeb têm um valor aproximado, questionando assim se alguns servidores que não são profissionais do magistério, receberam pelo Fundeb. A Profa Alessandra questionou se o SIOPE é o controle do Fundeb para os profissionais do magistério, ou os profissionais da Educação, em geral. O Diretor Vinícius comentou que o SIOPE registra todas as aplicações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -MDE - não apenas as aplicações do FUNDEB - profissionais da educação. Também relatou que o SIOPE registra apenas o valor líquido, sem as obrigações patronais. A Profa Alessandra disse que o Cacs Fundeb apontou, nos anos de 2021 e 2022, diversos servidores que não eram da Educação, para serem retirados da folha de pagamento do Fundeb, como também, profissionais do magistério que deveriam ser inseridos no pagamento por meio do Fundeb. O Profo Alexandre ainda apontou e enfatizou a diferença dos valores dos relatórios do SIOPE e Fundeb. A partir dos levantamentos o Diretor Vinícius orientou o conselho a enviar um Ofício solicitando a apuração dos dados e

divergências entre SIOPE e Fundeb. A Profa Alessandra e outros conselheiros comentaram que gostariam primeiro de compreender melhor as planilhas do SIOPE, para melhor formulação das questões. O Profo Alexandre também solicitou que gostaria de compreender o motivo de não ocorrer movimentação nas contas de fevereiro e março do Fundeb, questionando o porquê houve movimentação, constatando a não retirada do valor do Fundeb, nesses meses. A Profa Alessandra, após obter informações com a Secretaria da Fazenda, relatou que devido a mudança de Secretários e dificuldades em acesso à conta, foi utilizado, em fevereiro e março, o tesouro municipal para a folha de pagamento dos profissionais do magistério, a ser restituído pela verba do Fundeb. Outros questionamentos em relação aos demonstrativos foram esclarecidos e deu-se continuidade a leitura e explicações dos questionamentos realizados pelos conselheiros no Ofício 04/2023. Em relação ao recebimento das verbas VAAT e VAAF, o município não tem direito a essa complementação, pois o valor mínimo arreacado por aluno excede os critérios estabelecidos por lei, ou seja, o mínimo por aluno é superado no comparativo receitas x matrículas. Em relação ao VAAR há critérios rígidos definidos. Foram inseridas todas as informações em Sistema, no entanto, o município não foi contemplado. Não temos a informação acerca da justificativa pelo não recebimento da verba. Dando continuidade, aos questionamentos, foi esclarecido que o valor recebido por aluno é menor aos alunos da EJA, pois a determinação federal é que os valores previstos a título de VAAF EJA possuem um fator 0,8 na relação VAAF MIN (conforme Nota Técnica 23/2022 da Câmara dos Deputados). A Profa Cibele também comentou outras deduções em relação a verba reduzida da EJA e obterá mais informações para o próximo encontro, acerca de ser a EJA uma modalidade "em avaliação em processo", no município, conforme dados disponibilizados em Relatório do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada (Recursos das Estimativas do mec). Dando continuidade, discutiu-se em relação a última questão, se os 25% destinados à Educação têm relação com o Fundeb e que como não há mais o ISS, se o valor embutido no IPTU faria parte dos 25% da educação. O Diretor Financeiro Vinícius explicou que a lei de incentivos fiscais, aprovada em 2022, reduziu de 5 para 2%, a alíquota do ISSQN para maioria dos serviços do município como forma de estimular do desenvolvimento econômico da cidade e que 25% do total arrecadado com o ISSQN custeará ações de MDE. A Profa Alessandra questionou se os conselheiros tinham outras questões e alguns comentaram que irão refletir em todas as informações dadas durante o encontro, para maior análise e levantamento de possíveis dúvidas. Finalizamos a reunião, com a leitura, ciência e assinatura da Ata e com agradecimentos a participação de todos os conselheiros. Nessa reunião, justificou a ausência o professor Thiago Luis Fajonato Filho. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que fica assinada pelos presentes. Amparo, 03 de maio de 2023.

Segmento	Nome	Assinatura
Poder Executivo (titular)	Alessandra Maria Aquino Canivezi	planivezi
Poder Executivo (suplente)	Beatriz Helena Battoni Brioschi	10i7
Poder Executivo (titular)	Graziele Thais Ribeiro Cardeal	Aurencia Tutho
Poder Executivo (suplente)	Ricardo Alves Zanelato	
Professores (titular)	Alexandre Schimidt Frota	406
Professores (suplente)	Cibele Pereira de Oliveira	July (2)

Diretores de Escola (titular)	Jocélia de Oliveira Batista	Jacky 3/2
Diretores de Escola (suplente)	Patrícia de Fátima Ap. Lopes Galassi	/
Servidores técnico-administrativos (titular)	Felipe Martins Fernandes	Lusinia Turtifich
Servidores técnico-administrativos (suplente)	Henrique Silotto	
Pais/responsáveis de alunos (titular)	Ágeles Possani da Silva Magalhães	
Pais/responsáveis de alunos (suplente)	Olívia Amanda Alves de Godoy	
Pais/responsáveis de alunos (titular)	Bruna Paladini Moro	
Pais/responsáveis de alunos (suplente)	Raquel Cristina Moraes Cunha	
Estudantes (titular)	Ana Kelis Macario	
Estudantes (suplente)	Ana Rosa de Souza	
Estudantes (titular)	Yasmin Silva dos Santos	
Estudantes (suplente)	Andressa Raquel da Silva	
Conselho Municipal de Educação (titular)	Thiago Luis Fajonato Filho	Ausineur Justiliils
Conselho Municipal de Educação (suplente)	Cristiani Sauini	
Conselho Tutelar (titular)	Jefferson de Azevedo	The second secon
Conselho Tutelar (suplente)	Ana Lúcia Graciotti) With the control of
Escolas do Campo (titular)	Maria Claudia Rielli Spinelli	marjhelle
Escolas do campo (suplente)	Viviana de Souza	
Câmara Municipal - Vereadora	Sílvia Forato de Camargo	X his toroto
Diretor Financeiro da Educação	Vinícius Pagani de Mello	X
		-